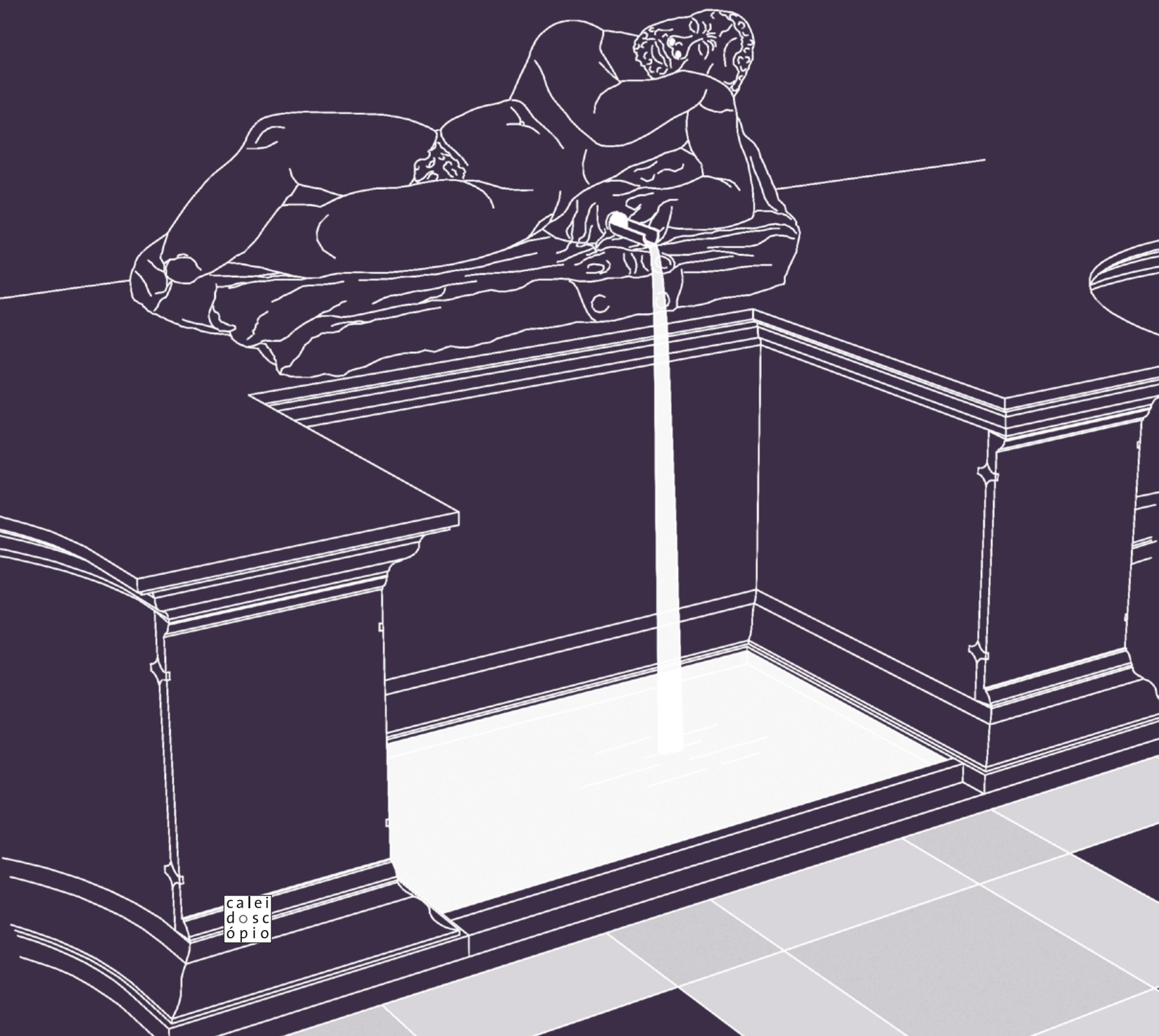


LISBOA
ROMANA — FELICITAS IULIA OLISIPO

Os monumentos epigráficos



DIVO AVGVST

CARRIVE OTATA

CIVILIS EVTECHNA

AVGVSTAE

Felicitas Iulia Olisipo

a cidade e o imperador

SARA HENRIQUES DOS REIS

Partindo de informações que surgem gravadas nas homenagens consagradas aos imperadores ou em inscrições que referem os nomes, cargos, títulos e estatuto social de sacerdotes e sacerdotisas do culto imperial em *Olisipo*, pretendemos contar parte da história da cidade no que respeita à sua adesão à nova ideologia oficial do Império, como aos mecanismos de participação na vida pública e ao funcionamento das instituições religiosas.

Religião e poder político na Lisboa Romana

O culto ao imperador surgiu em Roma, durante o principado de Augusto, quando este pôs fim às guerras civis. Em diante, Augusto era visto como criador da *Pax Romana* e promotor de um longo período de estabilidade e prosperidade em todo o império. No recente regime inaugurado, o culto imperial funcionou como instrumento crucial para a legitimação e centralização do poder, e para a unificação do Império, estruturando-se em redor do imperador como máximo dirigente militar, político e religioso; e das elites locais,

que viram na vinculação ao culto a garantia necessária à consolidação e promoção do seu próprio poder.

Inserindo-se então como uma das principais componentes da vida municipal das cidades, o culto imperial difundiu-se rapidamente por todas as províncias romanas, não ficando a *Lusitania* alheia a esta realidade. Concretamente em *Olisipo*, a facilidade com que a cidade aderiu ao culto imperial encontra-se documentada tanto por meio directo, sob a forma de pedestais de estátuas consagrados ao imperador ou a membros da *domus Augusta* (a casa imperial); como indirecto, através das inscrições

FIG. 1

Pedestal de estátua com consagração ao divino Augusto, MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
(créditos fotográficos: Direção-Geral do Património Cultural/ Arquivo de Documentação Fotográfica).

funerárias que testemunham a presença de sacerdotes de culto imperial, flâmines e augustais, na cidade. Para esta forte adesão, certamente contribuíra o facto de *Olisipo* constituir um centro cosmopolita litoral, de importante relevo comercial no panorama provincial, que mantinha amplas relações tanto com a capital da Lusitânia, *Augusta Emerita*, como com tantas outras cidades do Mediterrâneo.

Paralelamente, a precoce fundação da cidade, designada por Augusto de *Felicitas Iulia Olisipo*, títulos que não só enalteciam as qualidades do imperador, mas divulgavam também o novo ideário político, associada ao facto de, segundo o historiador e naturalista Plínio-o-Velho (IV, 117), *Olisipo* beneficiar de um estatuto jurídico privilegiado como município de cidadãos romanos (*municipium ciuium romanorum*), constituindo assim um dos municípios de criação mais antiga da Lusitânia, justificam a abundância de vestígios de culto imperial em fases muito precoces.

As inscrições consideradas contêm fragmentos de histórias, paradas no tempo, de indivíduos que, há 2 mil anos, partilharam connosco a cidade e as deixaram de forma intencional para que um dia estas pudessem voltar a ser contadas. Se acerca de algumas personagens, o acaso dos tempos não permitiu a sobrevivência do suporte escrito, perdendo-se para sempre a sua história, já de outras, a gravação do seu nome, aspirações e feitos na pedra permitiu resgatar ao olvido a sua memória. Neste contexto, os dúunviros *M(arcus) Gellius Rutilianus* e *L(ucius) Iulius Avitus*; os augustais *C(aius) Heius Primus*, *M(arcus) Afranius Euporio* e *L(ucius) Fabius Daphnus*; ou a sacerdotisa *Servilia*, são apenas algumas personagens, entre muitas outras, que nos acompanharão ao longo desta viagem ao passado religioso (e político) da Lisboa Romana.

Ao longo das próximas páginas procuraremos dar resposta a questões como: 1. “que tipo de vestígios de culto ao imperador poderemos encontrar na cidade?” e ainda “que imperadores aqui foram cultuados?”; 2. “quem estaria encarregue do culto?” e “de que estrato social seria originário?”; 3. “qual o papel da mulher na religião oficial romana?”

As manifestações de culto ao imperador consagradas pela cidade

Em teoria, a subida ao trono de cada imperador implicaria, por parte de todas as cidades do império, uma renovada demonstração de adesão e lealdade ao poder vigente, usualmente empreendida através da consagração de uma nova homenagem imperial¹. Recorde-se, antes de mais, que os monumentos honoríficos consagrados em honra do imperador seriam constituídos pela representação figurada do mesmo, sob a forma de estátua ou busto, e pelo pedestal pétreo que a sustentaria, servindo igualmente de suporte para a gravação do texto da homenagem. Deste conjunto, só nos restam hoje os enormes pedestais, cuja sólida matéria-prima e prático afeiçoamento, os transformara em materiais propícios à reutilização noutras construções da cidade, tendo desaparecido as estátuas. Neste contexto, torna-se fácil esquecer que as homenagens imperiais não seriam somente as inscrições que chegaram até nós (Stylow, 2001).

De *Olisipo*, contamos com cerca de uma dezena de homenagens ao imperador, que se distribuem desde o início do séc. I até ao séc. III d. C., permitindo acompanhar a evolução do culto imperial no que toca à sua natureza e conteúdo, e estabelecer três fases cronológicas distintas: 1) implantação e estruturação do culto; 2) consolidação e apogeu; 3) declínio e transformação.

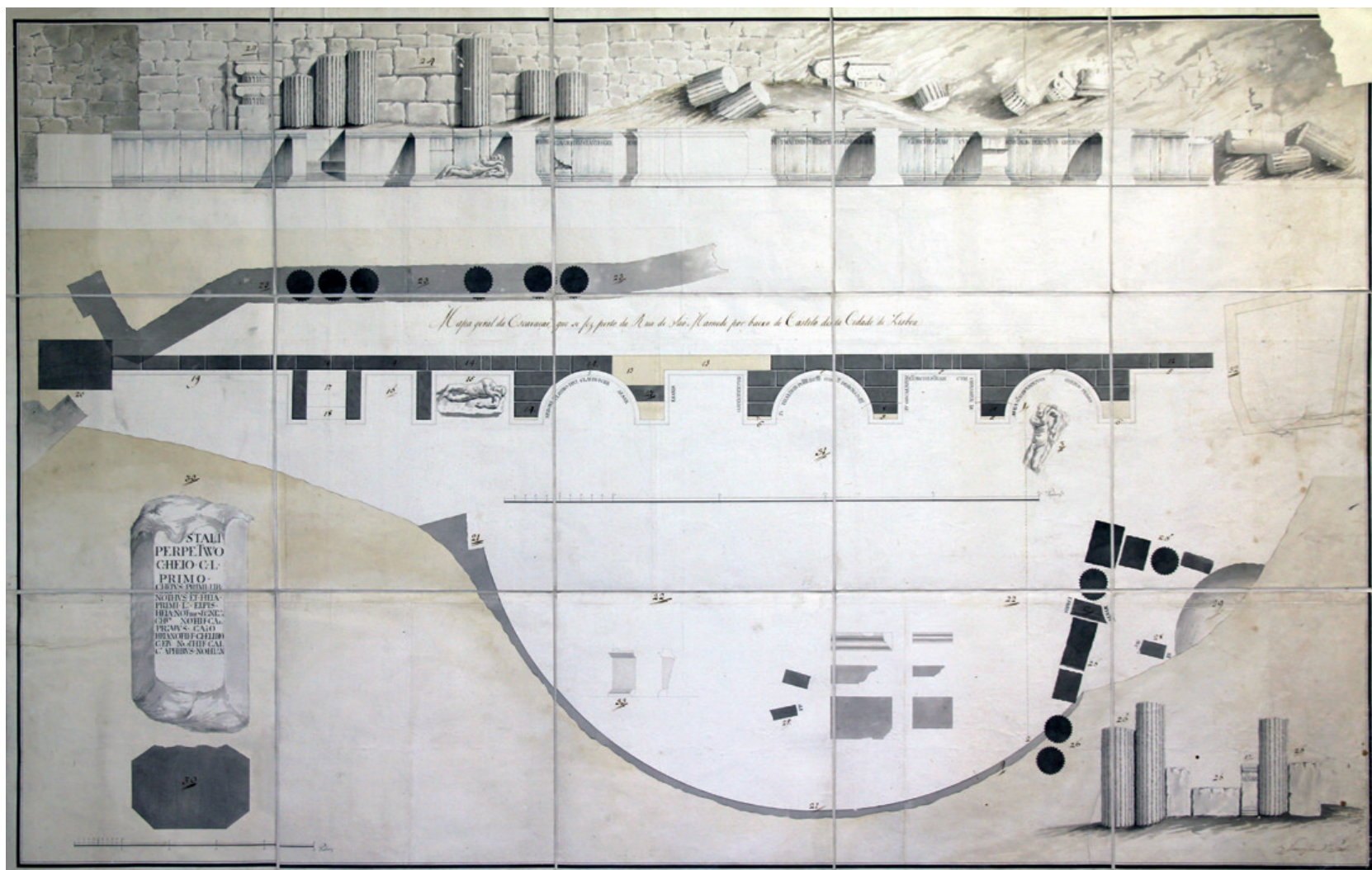


FIG. 2

Desenho do arquiteto italiano Francisco Xavier Fabri da planta e alçado do teatro, integrando ao centro a reconstituição do prosaénio, Museu de Lisboa | TEATRO ROMANO
(créditos fotográficos: (© José Avelar, Museu de Lisboa / EGEAC).

Implantação e estruturação do culto

Com a conquista romana da Hispânia é decretada a paz no Império, circunstância que promove o estabelecimento de intensas relações comerciais entre as diversas províncias. A riqueza da cidade, sobretudo piscícola, face à privilegiada posição geográfica, transformou *Olisipo* não só no principal porto comercial da Lusitânia, mas na sua capital marítima. Atendendo a estas circunstâncias, parece natural que a primeira homenagem oficial feita pela cidade consista no imponente pedestal que suportaria a estátua do imperador Augusto, colocada certamente

no templo de culto imperial no fórum da cidade (Fig. 1).

A dedicatória é consagrada a *divus Augustus* (“ao divino Augusto”), designação atribuída aos imperadores após a sua morte. Quando um imperador falecia era-lhe concedida, pelo Senado, a suprema glorificação a que um mortal poderia aspirar: a apoteose, ou seja, a elevação ao estatuto de divindade oficial do Estado romano. Este qualificativo permite-nos assim datar a inscrição para o período imediatamente após a sua morte, 14 d. C., quando Augusto fora divinizado.

A homenagem é promovida por dois membros do colégio dos augustais, concretamente,

os *augustales C(aius) Arrius Optatus* e *C(aius) Iulius Eutichus*, ambos antigos escravos de duas das principais famílias da elite olisiponense, a *gens Arria* e a *gens Iulia*². Note-se ainda que os cognomes ostentados, *Optatus* e *Eutichus*, remetem para um passado servil, inerente à nomeação para o desempenho da augustalidade: o primeiro, de origem latina mas muito popular entre escravos, e o segundo de origem orientalizante, remetendo de imediato para este estatuto social. (Fig. 1)

Consolidação e apogeu do culto

A maioria dos testemunhos de culto imperial consagrados pela cidade correspondem, naturalmente, à época de consolidação e apogeu do culto, aqui manifestados entre os reinados de Nero e Cómodo. Contamos então com duas inscrições consagradas ao imperador Nero. De uma delas, devido ao próprio desgaste da pedra, resta apenas parte do nome e títulos do imperador (EO 71); da outra, encontrada juntamente com as ruínas arqueológicas do teatro romano enquanto se procedia ao levantamento dos escombros provocados pelo terramoto de 1755³, sobrevive a história da doação de uma das personagens mais fascinantes da cidade: o liberto, mecenas e augustal *C(aius) Heius Primus* (EO 70).

Por todo o império, os teatros detiveram um papel fundamental nos programas de monumentalização das cidades, marcando de forma expressiva a sua paisagem urbana. Também em *Olisipo*, o teatro foi um dos principais edifícios a ser construído, em tempos de Augusto, consistindo no único teatro romano do séc. I d. C. conhecido em Portugal. Esta datação sugere, pelo menos, a existência de duas fases de construção: a primeira, com matéria-prima local, o calcário, posteriormente revestido a estuque e pintado⁴, como confirmam os elementos

arquitectónicos encontrados; e a segunda, da época de Nero, quando é introduzido pela primeira vez na cidade o mármore como matéria-prima de luxo.

A localização do teatro, a meio da encosta do castelo entre as actuais Ruas da Saudade e S. Mamede, obedeceu tanto a critérios topográficos, adaptando-se ao acentuado declive da colina, como a critérios cenográficos, sobretudo para quem chegava à cidade pelo porto de *Olisipo* seria impossível não sofrer o impacto da majestosa *post scaenium*, estrutura que suportaria a fachada cénica, virada a sul para o rio *Tagus* (Fernandes, 2013, pp. 765-768). Criando uma marca arquitectónica inconfundível na paisagem urbana da cidade, estes edifícios (a nova ‘arquitectura do poder’) desempenhavam uma clara função propagandística estratégica: bastiões da romanidade, símbolos da nova ordem política e, em último, alegoria do próprio poder imperial, transformaram-se nos espaços, por excelência, de exaltação ao culto do imperador⁵.

Paralelamente, o acesso ao teatro seria aberto a toda a população, homens e mulheres, ricos e pobres, escravos e cidadãos, convertendo-se assim no espaço predilecto para a reunião do *populus* e, por conseguinte, também de promoção do poder municipal. Atendendo ao facto de a eficácia da informação publicamente gravada depender, naturalmente, do número de leitores, não surpreende ter sido este edifício, com uma capacidade para quase 4.000 espectadores, que *Caius Heius Primus* escolhe embelezar.

A inscrição encontrada nas ruínas do teatro informa que, no ano de 57 d. C., precisamente em tempos do imperador Nero, a parte central do teatro sofre uma remodelação totalmente custeada por um rico e poderoso liberto (antigo escravo a quem havia sido concedida a liberdade): *C(aius) Heius Primus*.



FIG. 3

Blocos epigrafados do proscaénio em exposição no Museu de Lisboa | TEATRO ROMANO
(créditos fotográficos: © José Avelar, Museu de Lisboa / EGEAC).

A doação consistiu na renovação da estrutura do *proscenium* (elemento frontal da fachada do palco), na pavimentação da *orchestra* (área semi-circular destinada a sentar a elite da cidade), e na ornamentação do espaço, onde se destacam as estátuas de mármore de Vila-Viçosa que representam silenos (Fig. 2).

O proscaénio consistia num muro, com cerca de 28 m de comprimento, que estabelecia a separação entre o palco e a área destinada aos espectadores. Este seria composto por diversos nichos que se articulavam mediante uma sequência de blocos pétreos (as *exedrae*) que oscilavam entre o mármore alentejano de Trigaches (de tonalidade cinza) e o calcário margoso da zona de Sintra (de tonalidade rosa), cuja parte superior seria percorrida por uma única linha

inscrita em caracteres monumentais que, de seguida, traduzimos directamente do latim (fig. 3 e fig. 4):

“A Nero Cláudio Augusto Germânico, filho do divino Cláudio Germânico, neto de César Germânico, bisneto de Tibério César, trineto do divino Augusto, pontífice máximo, no seu terceiro poder tribunicio, imperador pela terceira vez, cônsul pela segunda vez e designado para a terceira. O proscaénio e a orquestra com ornamentos, o augustal perpétuo, Caio Heio Primo, dedicou”.

O texto mostra a intenção clara de prestar homenagem ao imperador Nero, legitimando-se o seu poder através da descendência de Augusto, o pai da pátria (*pater patriae*).





FIG. 4

Pormenor da inscrição do proscénio com o nome do imperador Nero,
MUSEU DE LISBOA | TEATRO ROMANO (foto da autora).

Segue-se a designação da oferenda, o proscénio e a orquestra juntamente com os seus ornamentos; e, por fim, recorda-se o nome do benemérito, o augustal perpétuo *Caius Heius Primus*, que não poupava despesas na faustuosa doação. Note-se que, todos os elementos arquitectónicos doados localizavam-se, estrategicamente, no ponto central do teatro, local para onde todos os olhares se concentravam, sobretudo os que mais interessavam conquistar, nomeadamente aqueles que se sentavam mais próximo, na nova e requintada orquestra, situada defronte para o proscénio e, em consequência, para o texto nele inscrito. O sentido propagandístico deste acto munificente torna-se evidente tendo em conta o homenageado, objecto da dedicatória e o local de implantação⁶.

No que toca ao promotor da doação, *C(aius) Heius Primus* seria um dos mais ricos e poderosos libertos da cidade no séc. I d. C., antigo escravo de uma importante família de abastados comerciantes de origem itálica (a *gens Heia*), que surge atestada em inscrições difundidas por vários centros portuários mediterrânicos, confirmando a sua posição económica e a extensão dos seus negócios.

C(aius) Heius Primus constitui um exemplar modelo de ascensão na hierarquia social urbana: antigo escravo, obtém a liberdade e enriquece, porventura, através do comércio marítimo⁷. Impedido de ingressar na carreira político-administrativa face ao seu passado servil, é nomeado, de forma vitalícia, para desempenhar um sacerdócio ligado ao culto imperial (*augustalis perpetuus*) ao qual se encontra associado o financiamento de vários projectos urbanísticos, ajudando assim a suportar os gastos da vida municipal da cidade que lhe proporcionara tais oportunidades.

É natural que depois de manumitido (após receber a liberdade) esta personagem, rica e influente, porventura um ocupado *negotiator*, tivesse os seus próprios escravos. Recordamos, neste âmbito, uma pequena placa identificada em Mérida, que data de c. de 40 d. C. (isto é, antes da dedicatória do teatro a Nero, em 57 d. C.), na qual surge um dos seus escravos, *Nothus*, a homenagear um médico, seu professor, o escravo *Atimetus* (Edmondson, 2009, pp. 117-120).

Note-se que, enquanto estudante (*discens*) de medicina na capital, *Nothus* identifica-se como escravo, *C(ai) Hei Primi ser(vus)*, recebendo a liberdade somente quando regressa à sua cidade de origem. Dotado deste novo estatuto social, *C(aius) Heius Primi lib(ertus) Nothus*, surge a consagrar, juntamente com outros libertos e seus descendentes livres, uma estátua em homenagem e agradecimento ao seu antigo *patronus*, mandada colocar no local que este tanto ajudara a embelezar, o teatro romano de *Olisipo*.

Durante o conturbado período que decorre entre a caída em desgraça de Nero, o seu posterior assassinato no ano de 68 d. C. e a tomada do poder por Vespasiano, é oficialmente emitida uma condenação póstuma (*damnatio memoriae*) contra o falecido imperador, que pretendia, por meio da destruição de estátuas e do espoliar o seu nome das inscrições, condenar eternamente a sua memória ao esquecimento. Todavia, sabemos que tal realidade não ocorrera em *Olisipo*, mantendo-se até hoje incólume a inscrição do teatro. Este facto poderá relacionar-se com a influência social do dedicante, o augustal perpétuo *C(aius) Heius Primus*, figura de relevo incontornável na cidade e patrocinador da obra, que ficara para sempre associado às extraordinárias obras de embelezamento do edifício.

Em 73 d. C., a cidade surge a homenagear o imperador Vespasiano. Não obstante, a inscrição se encontrar fragmentada na metade inferior, impossibilitando a identificação concreta dos magistrados que haviam mandado fazer o pedestal em nome da cidade, podemos supor, a julgar pelo modelo adoptado nas homenagens consagradas a Matídia, Adriano, Sabina e Cómodo, que os dedicantes seriam os duúnviros em funções.

Ainda que não nos tenha chegado nenhuma inscrição consagrada ao imperador Nerva ou ao imperador Trajano, a cidade surge a homenagear *Matidia Augusta*, filha do primeiro e sobrinha do segundo, através dos duúnviros *Q(uintus) Antonius Gallus* e *T(itus) Marcius Marcianus*, dois membros da elite local, eleitos entre os cidadãos mais abastados para desempenhar uma magistratura política para a qual se esperava que contribuíssem com vários actos de munificência pública que ajudassem nos custos da gestão municipal (Mantas, 2005, pp. 30-31).

No séc. II d. C., sob os reinados de Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio, o culto imperial atinge o seu máximo esplendor. Importa destacar a actuação do imperador Adriano ao nível da reestruturação do culto imperial, estabelecendo doravante como principal objecto de culto, o imperador em vida.

É no quadro desta nova política religiosa que se enquadra a homenagem de *Olisipo* ao imperador Adriano e à sua esposa, a imperatriz Sabina Augusta, mandada fazer por intermédio dos duúnviros *M(arcus) Gellius Rutilianus* e *L(ucius) Iulius Avitus*. A associação do casal imperial não constituiu seguramente uma indiferente coincidência aos interesses da elite local, que não perdera a oportunidade de exprimir, em nome do município, a sua lealdade e adesão ao novo imperador (Mantas, 2005, pp. 32-35 e 45). Ainda neste contexto, note-se que ambos os magistrados oferecem-nos riquíssimas

informações não que toca às dinâmicas relações familiares estabelecidas entre a elite municipal, concretamente, *L(ucius) Iulius Avitus* permite apontar para uma possível ligação a outro duúnviro da cidade, *[Se]x(tus) Iulius Avitus*, que surge a consagrar o voto a *Libertas Augusta**; e *M(arcus) Gellius Rutilianus* surge noutra inscrição como marido de *[Lu?]lia Vegeta*, uma sacerdotisa do culto imperial (EO 83).

O imperador Cómodo é igualmente alvo de uma homenagem consagrada pela cidade logo no início do reinado do jovem imperador, surgindo este associado ao nome do pai, o imperador Marco Aurélio, mencionado em primeiro lugar na inscrição. Seguindo o modelo de inscrição verificado nas homenagens imperiais anteriores, também esta foi mandada fazer por intermédio dos duúnviros *Q(uintus) Coelius Cassianus* e *M(arcus) Fulvius Tuscus*, dois notáveis municipais (Mantas, 2005, pp. 35-36). Saliente-se o nome do primeiro magistrado, *Cassianus*, que aponta para uma possível ligação à *gens Cassia*, permitindo integrar este duúnviro no mais proeminente núcleo familiar da elite de *Olisipo* que, no séc. I d. C., mandara construir as termas públicas da cidade, as conhecidas Termas dos Cássios (*Thermae Cassiorum*).

Declínio e Transformação

Da terceira e última fase do culto ao imperador, encontramos a última homenagem imperial consagrada pela cidade ao imperador Filipe, o Árabe (EO 93), onde é notória a ausência dos duúnviros que tão usualmente apareciam a dedicar o monumento em nome da cidade. Parece plausível pensar que a razão que levava o senado municipal de *Olisipo* a outorgar uma homenagem a este imperador se prenda com o seu papel na construção da muralha da cidade (a qual coincide largamente com a cerca moura), datada de meados do séc. III d. C.

O culto imperial e os seus sacerdotes

As fontes epigráficas permitem identificar distintas categorias de sacerdotes que cultuaram o imperador: os flâmines e as flamínicas, sacerdócios existentes quer para âmbito municipal, conventual ou provincial, reservados exclusivamente aos mais notáveis cidadãos romanos; os augustais e os seviros, de âmbito local, reservados aos mais proeminentes e enriquecidos libertos da cidade⁹. Destas instituições, somente o flaminato e a augustalidade foram, até hoje, documentadas em *Olisipo*.

Além da função religiosa que envolvia a celebração do culto, não são ainda totalmente claras para os historiadores as restantes funções que detinham estes sacerdotes. Sabemos, porém, que estes, ao financiarem diversas manifestações do culto imperial e exaltarem a figura do imperador, desempenharam um indubitável protagonismo na vida pública das suas cidades como representantes da adesão e difusão da ideologia oficial do Império.

Os flâmines de *Olisipo*

O flâmine (*flamen*) seria um sacerdote do culto imperial eleito entre o corpo de cidadãos romanos, ao qual cabia não só a supervisão do culto em matéria religiosa, mas, e sobretudo, a difusão da imagem e da ideologia imperial¹⁰.

O facto de este cargo religioso surgir a coroar a carreira política local (o *cursus honorum*), confirma o prestígio que o flaminato detinha na hierarquia cívica municipal, superando mesmo o dúunvirato (González Herrero, 2002).

A nível provincial, o flaminato era sem dúvida o mais alto cargo ambicionado na hierarquia política e religiosa, uma vez que deixava abertas as portas à admissão na ordem equestre. O *flamen prouvinciae* actuaria assim

como veículo de comunicação entre o poder central e o local, intervindo perante o governador em favor dos interesses das cidades.

Embora a *Lusitania* seja a única província hispânica da qual se conhecem flâmines provinciais em acção em época júlio-cláudia, *Olisipo* não conta, até hoje, com nenhum munícipe seu, eleito a esta categoria. Em contrapartida, levanta uma estátua a *L(ucius) Cornelius L(ucii) f(ilius) Gal(eria tribu) Bocchus* (FE 275), um cidadão da ordem equestre, proveniente da vizinha *Salacia* (Alcácer do Sal), nomeado flâmine da província da Lusitânia.

As distintas titulaturas dos seis flâmines atestados em *Olisipo* permitem acompanhar a evolução do culto imperial. A inscrição de *Q(uintus) Iulius Plotus* (EO 41) dá-nos a conhecer um dos mais antigos magistrados de *Olisipo*: edil, duúnviro e flâmine vitalício de Germânico César e da imperatriz Lúvia (*flamen Germ(anici) Caesaris et flamen Iuliae Aug(ustae) in perpetu(u)m*).

A titulação ostentada afigura-se, a todos os modos, exemplar no que toca à natureza e difusão do culto imperial. Comprova, por um lado, que nos tempos do imperador Tibério, concretamente entre os anos de 14 e 19 d. C., não é ainda feita a separação das tarefas rituais entre sacerdotes masculinos e femininos, *flamines* e *flaminicae*, uma vez que *Plotus* presta culto a Germânico e Lúvia; por outro, atesta que o culto a membros vivos da família imperial (*domus Augusta*) contaria já com organização sacerdotal em âmbito municipal (González Herrero, 2002, esp. pp. 48-50 e 57-59). No que toca ao flâmine *Q(uintus) Iulius Plotus*, a raridade do seu cognome – *Plotus* – sugere tratar-se de um representante da colonização itálica na Hispânia, possivelmente membro de uma família oriunda da Úmbria (Mantas, 2005, p. 31).

Outro flâmine bem conhecido em *Olisipo* trata-se de *L(ucius) Iulius Maelo Caudicus*, flâmine do divino Augusto (*flamen diui*

Augusti). O nome *Maelo*, de forte marca lusitana, remete para a frequente associação na cidade, entre a *gens Iulia* e famílias de evidente origem indígena. Todavia, o seu nascimento livre no seio de uma família indígena abastada e bem romanizada não o impedira de desempenhar uma carreira política notável (concretamente acerca desta personagem vide Ribeiro, 1982-83, esp. pp. 173-175 e 181).

É na condição de flâmine do divino Augusto que *L(ucius) Iulius Maelo Caudicus* surge como promotor de um acto de munificência pública, doando um depósito fontanário à sua comunidade (hoje, a *villa romana* de Armês, na Terrugem, Sintra), atestando a presença da elite urbana em contexto rural.

No mesmo sentido, no epitáfio do flâmine *P(ublius) Staius Exoratus* (HEp 2, 816), a referência ao imperador como *divi Vesp(asiani)* aponta igualmente para uma data após a sua morte e divinização. No caso do flâmine, *P(ublius) Staius Exoratus*, não só apresenta um nome raro em contexto hispânico, que remete para o mundo das províncias africanas, como não refere a filiação nem a tribo, elementos essenciais na identificação de um cidadão romano (Mantas, 2005, p. 44), realidade igualmente verificada no caso de *L(ucius) Iulius Maelo Caudicus*. Tratando-se de personagens bem conhecidas na sociedade coeva, a ausência destes dados pode justificar-se em razão do elevado estatuto social adquirido, que dispensaria uma identificação mais completa.

Recentemente, fora descoberto mais um sacerdote do culto imperial da cidade, que apresenta um notável *cursus honorum*. Trata-se de *Cassius Iustus*, decurião, edil, duúnviro e flâmine (FE 548). Cássio Justo identifica-se através de um dos nomes mais comuns na cidade, a *gens Cassia*, já testemunhada no duúnviro *L(ucius) Cassius Reburus*, que consagra o voto a *Libertas Augusta* e no duúnviro *Q(uintus) Coelius Cassianus*, que consagra a homenagem a Cómodo.

Sabemos ainda da existência de mais dois flâmines em *Olisipo* através das suas inscrições funerárias, uma identificada em contexto rural (Faião, Sintra) e outra em contexto urbano, porém, devido à fragmentação do suporte, a sua identificação é hoje totalmente desconhecida (Ribeiro, 1974-77, pp. 288-290 e 298-99).

O sacerdócio feminino: as *flaminicae* de *Olisipo*

O sucessivo aumento de imperadores, imperatrizes e outros membros da casa imperial objecto de culto, levou à necessária separação de tarefas rituais, criando-se um colégio sacerdotal feminino, as flamínicas (*flaminicae*), dedicado exclusivamente ao culto das mulheres da casa imperial¹¹.

As flamínicas desempenhariam funções sacerdotais próprias, não sendo apenas as esposas dos flâmines, ainda que esta realidade ocorresse frequentemente. Análises onomásticas aos nomes das flamínicas permitem verificar a existência de vínculos familiares ou matrimoniais com os magistrados que integravam os órgãos do poder local (González Herrero, 2009, p. 442).

À semelhança dos magistrados, as flamínicas seriam eleitas pelo senado local entre as mulheres pertencentes às principais famílias da elite local, uma vez que seria igualmente esperado que custeassem actos de munificência pública. Em contrapartida, não seria expectável o anterior desempenho de magistraturas políticas dado que, na sociedade romana, a mulher estaria legalmente impedida de concorrer a qualquer outro cargo público. Estas circunstâncias levaram, naturalmente, a encontrar no flaminato a única via activa de participação na vida municipal, e de ganhar a tão desejada influência social passível de ser estendida aos seus descendentes.

Em *Olisipo* encontram-se documentadas duas flamínicas que testemunham a

SACRVM

AESCVLAPC

MAFRANIVSEVDORC

ET

EFABIVSDAPHNV

AVG

AVIICIPIOD

O pedestal a Esculápio consagrado por dois augustais

O pedestal consagrado pelos augustais *M(arcus) Afranius Euporio* e *L(ucius) Fabius Daphnus* (EO 103) foi encontrado, em Fevereiro de 1770, na sequência das obras de reabilitação da cidade após o terramoto de 1755, concretamente durante as escavações para a construção de edifícios entre a Rua dos Retroseiros e a Rua Bela da Rainha (actual Rua da Prata).

Os dedicantes são dois *augustales* que, no desempenho das suas funções, oferecem à cidade, *municipio dono dederunt*, uma estátua do deus Esculápio (Mantas, 2002). *M(arcus) Afranius Euporio* e *L(ucius) Fabius Daphnus* seriam certamente dois libertos abastados, porventura *negotiatores*, cujas fortunas assentariam nas actividades comerciais, como poderá apontar o local de implantação do monumento. A inscrição foi descoberta nas ruínas de um edifício no qual era notória a abundante presença de água e de tanques, facto que, aliado à invocação a Esculápio (deus da saúde e do bem-estar), levou a que fosse imediatamente interpretado como um estabelecimento termal romano, que teria no seu interior um nicho ou recinto sagrado onde residiria a estátua da divindade (Fabião, 2011, p. 66).

Estas ruínas, vulgarmente conhecidas como as “Termas dos Augustais” ou “Galerias Romanas da Rua da Prata”, consistem numa estrutura inundada à qual se tem vindo a ter acesso através de trabalhos de escoamento prévio das águas. A estrutura caracteriza-se pela sucessão de galerias subterrâneas (uma *crypta*) que se desenvolvem através de abóbadas ou pórticos, com a função de melhor distribuir o peso, um *‘crypto-*

porticus’. Esta solução arquitectónica pressupõe a criação de uma plataforma artificial destinada a uniformizar o nível do solo e funcionar como base de sustentação de uma grande praça pública (Fernandes, 2016, pp. 296-299).

As hipóteses apontadas para o tipo de edifício a ser sustentado por esta plataforma têm divergido entre um fórum secundário, de cariz comercial, implantado numa ampla praça de vocação portuária, que beneficiaria de um cais como ponto de apoio ao desembarque e armazenamento das mercadorias que chegariam à cidade por via marítima (Ribeiro, 1994 e Fabião, 1994), proposta consentânea com a sua localização na periferia da cidade; e um estabelecimento balnear romano, hipótese apontada no seguimento dos resultados das novas intervenções arqueológicas realizadas no âmbito do “Projecto de Estudo e Valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa (CRLx)”. Esta hipótese permitiu rever os dados historiográficos tradicionais no que toca à interpretação da estrutura subterrânea e do próprio edifício que assentava sobre o criptopórtico, atendendo à descoberta de três pilares (*pilae*) de um *hipocaustum* e de elementos de *suspensura* que comprovam tratar-se efectivamente de um edifício termal, com evidentes semelhanças ao existente em Óstia, em Roma; Poitiers, na Gália; *Conimbriga*, *Barcino*, *Carthago Nova*, *Tarraco* e *Baelo Claudia*, na *Hispania*, permitindo inserir, as termas de Lisboa no âmbito das *Thermae Maritimae*, edifícios que articulariam a cidade com a sua frente portuária (Caessa e Mota, no prelo).

A POLLINI
SACRVM
M·IVL·M·LIB
TYRANNVS
AVGVSTA
D

organização do culto imperial na cidade não só a nível local, mas ao mais alto nível provincial. Neste âmbito, merece destaque a homenagem conjunta, consagrada por decreto dos decuriões (*decreto decurionum*), à flamínica da província da Lusitânia, Servília, filha de Lúcio e esposa de Albino (*Servilia Luci filiae Albini flaminicae prouvinciae Lusitaniae*), e a Luceia, filha de Quinto e esposa de Terenciano (*Lucceia Quinti filiae Albina Terentiani*) (EO 36).

A intervenção directa do senado municipal, autorizando a colocação do monumento honorífico em solo público, certamente no fórum da cidade, denuncia estarmos perante duas mulheres com elevado estatuto social na cidade, pertencendo certamente ao círculo da elite local. Recorde-se que a primeira figura, Servília, fora nomeada para o cargo mais elevado a que uma mulher poderia aspirar, o flaminato provincial. Nestas circunstâncias, a homenagem deve ser entendida não só como uma demonstração de gratidão pelas funções desempenhadas em prol da sua cidade junto da elite provincial, mas, certamente também, pelas doações munificentes que esta deve ter feito à sua comunidade.

Note-se, por outro lado, que ambas as homenageadas optaram, intencionalmente, por acrescentar à identificação habitual, que inclui o nome do pai, o nome dos respectivos cônjuges, denunciando um claro interesse numa associação aos seus maridos, certamente pela notoriedade social que estes alcançaram na vida pública.

O nome da segunda personagem permite supor que Luceia Albina fosse filha de um Quinto Luceio Albino, possivelmente o indivíduo que surge indicado na inscrição como marido de Servília. A discussão em torno da

identidade desta personagem tem sido alvo de variadas controvérsias, no entanto, quer se trate de *Albinus Albui f(i)lius*, flâmine da província da Lusitânia, do divino Augusto e da divina Augusta (CIL II 473), apontado na hipótese tradicional (vide Lefebvre, 2001); quer se trate de *Lucceius Albinus*, um prestigiado advogado, colega de Plínio-o-Jovem, e filho de um procurador com o mesmo nome a quem Nero dera elevados cargos na Judeia e na Mauritânia Cesariense (sugerido por González Herrero, 2005, pp. 243-248 e 251-252); em todo o caso, os vínculos familiares estabelecidos permitem concluir que a nomeação de Servília ao flaminato provincial testemunha a consequência lógica do processo de ascensão sociopolítica das elites locais por meio de uma cuidada política de alianças matrimoniais com elementos das elites provinciais.

A nível local, destaca-se a flamínica [*Iu?*] *lia Vegeta*, esposa de *M(arcus) Gellius Rutilianus*, o conhecido duúnviro da epigrafia olisiponense que, juntamente com *L(ucius) Iulius Avitus*, consagrara uma homenagem ao imperador Adriano (EO 91) e à imperatriz Sabina Augusta (EO 72). Ainda que o nome da flamínica resulte de leitura problemática (vide Mantas, 2005, p. 35), esta mulher pertenceria certamente à elite municipal¹², testemunhando a aliança entre flaminato e duunvirato.

Os augustais de Olisipo

Se a origem social dos *liberti*, ligados ao mundo servil, os impediria automaticamente de exercer na cidade qualquer magistratura política ou cargo religioso, a sua prosperidade económica colocava-os ao nível dos notáveis locais. Para resolver este paradoxo, Augusto

FIG. 5

Pedestal de estátua com consagração a Apolo, MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

(créditos fotográficos: Direção-Geral do Património Cultural/ Arquivo de Documentação Fotográfica).

criara o colégio dos augustais, como solução para os libertos mais abastados participarem vida municipal. Outorgando-lhes um estatuto dentro do qual estes pudessem assumir uma posição de elite, pretendia-se estimular neles condutas munificentes que ajudassem a financiar os custos da gestão da cidade.

Inspirando-se nas mais altas instituições municipais, os augustais eram eleitos anualmente pela assembleia dos decuriões, reproduzindo o modelo utilizado pelas restantes magistraturas (2 dúunviros, 2 edis, 2 questores e 2 augustais). A entrada no cargo seria feita de forma similar a uma magistratura ficando, deste modo, sujeita ao pagamento da *summa honoraria*. Nestes termos, o acesso ao cargo estaria reservado aos libertos que gozariam de uma posição económica privilegiada dentro da sua comunidade, uma vez que se esperava deles consideráveis desembolsos que se reflectissem na ornamentação da cidade, nomeadamente na doação de programas estatutários ou arquitectónicos direccionados aos edifícios públicos, ou na promoção de jogos e banquetes (Serrano Delgado, 1988, pp. 108-09 e 134-39; Castillo García, 2003, pp. 78-82).

Em *Olisipo* podemos encontrar várias doações feitas pelos augustais à cidade: o augustal perpétuo *C(aius) Heius Primus* promove a renovação do teatro (EO 70); *C(aius) Arrius Optatus* e *C(aius) Iulius Eutichus* dedicam um pedestal honorífico ao divino Augusto (EO 74); *M(arcus) Afranius Euporio* e *L(ucius) Fabius Daphnus* consagram uma estátua a Esculápio (EO 103) (vide caixa de texto); *M(arcus) Iulius Tyrannus* consagra um pedestal a Apolo (EO 101) (fig. 5) e *C(aius) Iulius Catulinus* (?) um pedestal a Mercúrio Augusto (EO 78), divindade associada ao comércio, actividade que terá possibilitado o enriquecimento de muitos dos libertos da cidade.

Os augustais surgem assim nas inscrições como um dos grupos que mais se dedicou

à prática da munificência pública, servindo-se dela como mecanismo de promoção e auto-representação social aliada a uma ampla rede clientelar, garantida pelo estabelecimento de vínculos pessoais e legais que continuavam a unir o *libertus* ao seu *patronus*. Concomitantemente, o acesso ao sacerdócio não seria, neste contexto, apenas fruto de esforço e riqueza pessoal mas assentaria, sobretudo, na pertença a uma *gens* patronal que detivesse já influência na política local. Com o acesso do seu antigo escravo à condição de *augustalis*, o *patronus* garantia não só a continuidade do seu próprio poder na esfera municipal, mas também, a propaganda da sua riqueza e influência (Serrano Delgado, 1988, pp. 121-24, 128 e 133-34).

Através de uma análise à onomástica pessoal dos augustais olisiponenses podemos concluir estar perante os libertos das mais proeminentes famílias da cidade - as gentes *Iulia*, *Heia*, *Arria*, *Fabia* -, sendo quase todos detentores de cognomes de origem orientalizante - como *Eutichus*, *Euporio*, *Daphnus* ou *Tyrannus* -, remetendo para o anterior estatuto servil.

Reflexões Finais

Olisipo fora uma rica e florescente cidade, segunda em importância a seguir à capital da província da *Lusitania*, *Augusta Emerita*, como testemunham as ruínas arqueológicas de edifícios sumptuosos como o teatro, as termas ou o circo, e o grande número de monumentos dedicados em homenagem aos imperadores, materializando a adesão ao poder vigente.

Na estrutura social e na orgânica do culto imperial salienta-se o papel vital que desempenharam os libertos e os seus descendentes, integrados na clientela das prestigiosas famílias da elite local. Concomitantemente, o dinamismo que desempenharam nas actividades comerciais e a sua intervenção

directa no sector económico garantiu-lhes uma posição social relevante na hierarquia municipal, que não hesitaram em demonstrar através de avultadas despesas sumptuárias doadas à cidade que lhes proporcionara tal oportunidade.

A Epigrafia deu-nos assim a conhecer um vislumbre da história de algumas figuras

que deram vida à cidade de Olisipo. Através delas, sabemos que a Lisboa romana, muito devido à sua posição como porto comercial, se tornara casa de uma sociedade multicultural, aberta aos contactos e influências estrangeiras, a todos englobando sob o olhar atento de Roma!

Notas

¹ Sobre o culto ao imperador mantém-se incontornável a monumental obra de Étienne, 1958.

² Acerca da redescoberta desta inscrição, vide Quinteira e Encarnação, 2009.

³ Cerca da história da descoberta arqueológica e da sua investigação ao longo do tempo, vide Fernandes, 2007.

⁴ Esta realidade encontra paralelo no pedestal consagrado ao divino Augusto, o qual apresenta ainda vestígios de cal nas suas faces.

⁵ Sobre o teatro romano de Lisboa vide Fernandes e Caessa, 2006/2007.

⁶ No que toca aos mecanismos de promoção sociopolítica dos libertos e ao fenómeno da munificência pública da Lusitânia vide Andreu Pintado, 1998 e, de forma geral, Serrano Delgado, 1988, pp. 144 e ss. E Andreu Pintado, 1999, pp. 44 e ss.

⁷ Acerca da personagem vide Fernandes, 2005, especialmente, pp. 34-36.

⁸ A dedicatória consagrada a *Libertas Augusta* (HEp 15, 516) pelos duúnviro *[Se]x(tus) Iulius Avitus* e *L(ucius) Cassius Reburus*, dois membros das mais destacadas famílias da elite olisiponense – a Júlia e a Cássia –, insere-se no âmbito do culto imperial e do culto às virtudes imperiais, conceitos abstractos, como *Concordia*, *Victoria*, *Fides*, *Pax* ou *Libertas*, que sofreram uma personificação como qualidades do imperador e componentes chave da propaganda oficial. Neste caso, promove-se o culto à entidade abstracta que gere os destinos do império a “liberdade”, sob o epíteto de augusta, confirmando a intenção de cultuar uma das virtudes imperiais (Guerra, 2006).

⁹ Sobre aspectos da organização do culto imperial na Hispânia,

vide González Herrero, 2009, pp. 442-448.

¹⁰ Concretamente acerca do flaminato local e provincial, vide Delgado, 2011.

¹¹ Para o sacerdócio feminino, vide Hoyo, 2003, especialmente pp. 129-136

e mais particularmente para a Lusitânia Fernandes, 1998-1999.

¹² Para o conhecimento geral das elites olisiponenses vide Almeida, 2011.

Projeto Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*

PELOURO DA CULTURA Catarina Vaz Pinto	Camara Municipal de Almada; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal de Moita; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Palmela; Câmara Municipal de Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Centro de Arqueologia de Almada; Direção Geral do Património Cultural (DGPC); DGPC/ Direção Regional de Cultura do Norte; DGPC/ Museu Nacional de Arqueologia (MNA); EGEAC – Cultura em Lisboa (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural E.M.); Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.; Empatia – Arqueologia Lda.; Eon – Indústrias Criativas LDA.; Eurostar Museum Hotel (Lisboa); Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património S.A.; Hotel Governador (Belém, Lisboa) / Nau/Hotels & Resorts; Museu Arqueológico do Carmo/ Associação dos Arqueólogos Portugueses; Museu do Dinheiro/ Banco de Portugal; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS); Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC)/ Fundação Millennium BCP; Neoépica – Arqueologia e Património LDA.; The7 Hotel (Lisboa); Veiga de Mago – Sociedade de	Serviços Financeiros e Investimentos LDA.; Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior/ Instituto Universitário Egas Moniz e Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CIIEM); Universidade de Aveiro - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; Universidade de Coimbra/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Universidade de Évora / Laboratório Hércules; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Arquitetura/ Forma Urbis LAB; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Ciências/ Departamento de Geologia; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (CEC); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Instituto de História de Arte (ARTIS); Universidade de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Instituto de Estudos Medievais (IEM); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Departamento de História de Arte.
DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA Manuel Veiga		
DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO DA CULTURA Jorge Ramos de Carvalho		
CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA António Marques		
COORDENAÇÃO GERAL Jorge Ramos de Carvalho		
GESTÃO DE PROJETO Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML António Marques – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Manuel Oleiro – EGEAC		
PARCEIROS DO PROJETO ArqueoHoje – Arqueologia, Conservação e gestão de Património LDA.; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer;		

Livro

TÍTULO Lisboa Romana <i>Felicitas Iulia Olisipo</i> , Os Monumentos Epigráficos	COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO Ana Caessa – CAL/DPC/DMC/CML Ana Sofia Antunes – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML	EDIÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
COORDENAÇÃO DO VOLUME Ana Caessa – Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL/DPC/DMC/CML)	© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos de cada volume e editora Caleidoscópio.	CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA Telef.: (+351) 21 981 79 60 Fax: (+351) 21 981 79 55 caleidoscopio@caleidoscopio.pt www.caleidoscopio.pt
Ricardo Campos – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (CMSINTRA)	DESIGN GRÁFICO José Ribeiro	
INVESTIGAÇÃO E AUTORIA Amílcar Guerra Carla Matias Cézer Santos Florbel Estêvão José d'Encarnação Lídia Fernandes M. Manuela Alves Dias Ricardo Campos Sara Henriques Reis Sílvia Teixeira	ISBN 978-989-658-608-9	
	DEPÓSITO LEGAL 463308/19	
	TIRAGEM 1.500 exemplares	